



Trabalhadores do Ministério do Trabalho paralisam atividades no Maranhão.



Servidores do Ministério do Trabalho realizam nessa terça-feira, 29 de março paralisação de 24 horas para exigir do governo federal reposição emergencial de 19,99%.

Para receber os usuários na sede da Superintendência Regional do Trabalho o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão – Sindsep/MA ofereceu um café da manhã enquanto os trabalhadores do Mi-

nistério do Trabalho explicavam os motivos da paralisação.

Apesar de estar sendo prejudicados com a paralisação, a maioria dos usuários entendeu a situação e foram solidários com a luta dos servidores.

“Nós estamos tentando negociar com o governo desde de janeiro e até agora a resposta que o ministério da economia nos deu é que não tem previsão de reajuste e isso a categoria não aceita mais; já estamos há mais de 5 anos sem qualquer reajuste”, disse Marcelo Sampaio Rodrigues, servidor do Ministério do Trabalho.

O movimento de paralisação é nacional e se o governo não atender as reivindicações da categoria o sentimen-

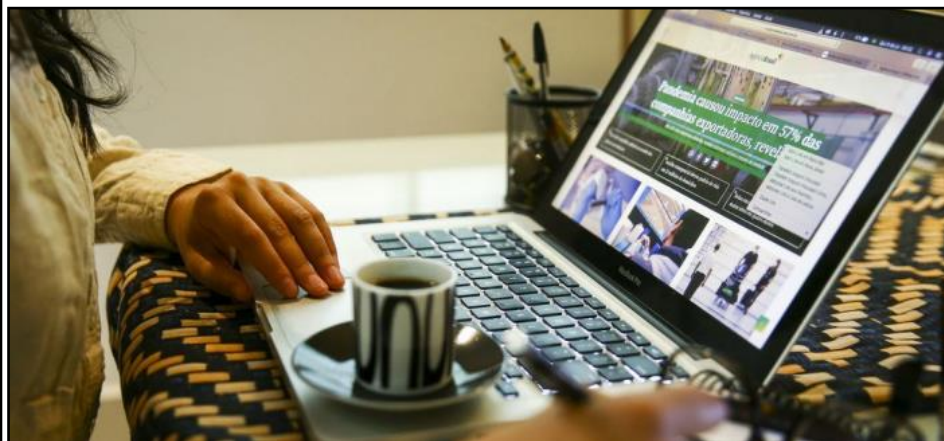
to entre os trabalhadores é de transformar a paralisação de 24 horas em greve geral por tempo indeterminado.



“A nossa Confederação está empenhada em resolver a situação dos trabalhadores através de negociações, entretanto, se não as reivindicações da categoria não forem aceitas só restará aos servidores a construção de uma greve geral por tempo indeterminado”, disse Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA.



Renda do trabalho encolhe R\$ 18 bi em 2 anos, mas não foi só por causa da pandemia



Lucros e juros ganharam espaço no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro nos últimos dois anos, período em que a crise econômica derrubou os salários dos dos 95 milhões de trabalhadores do país.

Segundo o jornal O Globo, a fatia de rendimentos do trabalho correspondia a 35,4% do PIB em fevereiro de 2020, antes da pandemia. No auge do registro de casos de Covid-19, em abril de 2021, o percentual caiu para 30,2%.

O motivo central do arrocho, diz o jornal, seria a pandemia, mas não é bem isso, afirma a técnica da subseção do Dieese da CUT Nacional, Adriana Marcolino, que reconhece: "A pandemia, de fato, provocou um grande impacto negativo no mercado de trabalho, mas no período de reabertura da economia a regra para novas contratações tem sido aprofundar a precarização e informalidade e reduzir salários, facilitadas pela falta de uma ação governamental que procurasse resolver esses problemas".

"A queda dos rendimentos do trabalho é anterior à pandemia, começou com a retirada de direitos dos trabalhadores em 2017", diz a técnica se referindo a reforma Trabalhista do ilegítimo Michel Temer (MDB-SP), que acabou com mais de 100 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

"Essa queda vem do aumento da

desregulamentação da legislação trabalhista, do baixo crescimento, da falta de fiscalização do trabalho, da falta de políticas públicas para gerar empregos de qualidade, do abandono da política de valorização do salário mínimo, é uma lista grande de problemas que o governo brasileiro não está atuando devidamente", pontua Adriana Marcolino.

Os números divulgados pelo Globo nesta segunda-feira, obtidos por meio de cruzamentos de informações das pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) feito pela Corretora Tullet Prebom Brasil, usam dados do período da pandemia, mas ignoram as outras causas do arrocho citadas pela técnica do Dieese.

Segundo a pesquisa, mesmo com a queda da taxa de desemprego - de 14,8% em abril de 2021 para 11,2% - a participação dos salários subiu apenas para 30,9% em janeiro deste ano.

Ao mesmo tempo em que a inflação dispara, a massa de salários mensal cai - R\$ 18 bilhões nesses dois anos -, de R\$ 250,5 bilhões em fevereiro de 2020 para R\$ 232,6 bilhões em janeiro deste ano, derrubando ainda mais o poder de compra de trabalhadores e trabalhadoras.

As empresas aproveitam as altas taxas de desemprego e informalidade para garantir os lucros pagando menos aos novos contratados e arrochando os

salários dos que já estão trabalhando, como mostra pesquisa do Dieese.

Dos 119 reajustes com data-base em fevereiro analisados pelo Dieese, 60,5% ficaram abaixo da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, o INPC do IBGE. Esse dado, somado à alta rotatividade, tem achatado os salários, explica Adriana Marcolino.

E com o fim da Política de Valorização do Salário Mínimo, criada pelo ex-presidente Lula e extingida pelo governo de Jair Bolsonaro (PL), há três anos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) também não tem aumento real, que era garantido para os beneficiários que ganham até um salário mínimo. O que contribui para reduzir ainda mais a massa de rendimentos da população, que contribui para o aquecimento do mercado interno.

35,3% ganham até 1 mínimo

Segundo a pesquisa do Globo, de março de 2020, até dezembro do ano passado, mais 6,5 milhões de trabalhadores engrossaram o grupo que ganha até um salário mínimo. "O que reforça que o problema não começou com a pandemia, foi aprofundado por ela", afirma Adriana Marcolino.

O maior patamar de toda a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, que começou em 2012. De acordo com o cruzamento feito pela LCA Consultores, atualmente, são 33,8 milhões com esses baixos salários, 35,3% dos ocupados. Em março de 2020, eram 29,2%.

Como é calculado o PIB

O PIB é calculado a partir da soma de tudo que é gasto no país, seja o consumo das famílias, os investimentos e gastos do governo, além do saldo de exportações e importações.

Fonte: CUT